

Teologia Aplicada

O Bom Samaritano (Lc 10,25-37): pelo Caminho da Principiologia

Dr. Ramiro Délio Borges de Meneses

RESUMO

A parábola do Bom Samaritano será uma lição para a principiologia plesiológica, tendo naturalmente a possibilidade de aplicação aos variados princípios, como: beneficência, não-maleficência, justiça e autonomia. A parábola do Homo Viato mais do que uma instrução paranética aparece como discurso de teologia plesiológica. Esta forma teológica poderá incorporar uma nova leitura, para a principiologia bioética. Pela parábola do Bom Samaritano, poderemos ver as possíveis aplicações e necessidades implicativas, no domínio moral.

Palavras-chave: Bom Samaritano, beneficência, não-maleficência, justiça, autonomia e misericórdia.

SUMMARY

The Good Samaritan parable is a very important lesson to the plesiolologic principiology, because this plays a role to the meaning of beneficence, justice, autonomy, and the significant values of evangelic kindness and goodness of God's spirit. The parable of Homo Viator is more than a moral instruction, and will be a different formulation to the new sense of morality, and yours theological applications.

KeyWords: Good Samaritan, beneficence, no-maleficence, justice, autonomy, and goodness.

INTRODUÇÃO

O Samaritano usou de misericórdia, não porque o abandonado fosse um amigo, um superior ou um poderoso, mas porque se encontrou com um homem, na circunstância, um “fragilizado”.

O sacerdote e o levita recusam o encontro com o “ferido” e, ao contrário, do Samaritano que o aceita e o busca. Para este, não há a obrigação de fazer o Bem, mas a necessidade de atender o Outro, principalmente numa situação de vulnerabilidade. Esta necessidade pessoal, que brota cá do interior do homem, será o ponto de partida da humanização em saúde.

Quantos profissionais de saúde passam à margem das suas obrigações e não para socorrer, tal como fizeram o sacerdote e o levita, porque também iam para um compromisso de identidade.

Na pele do sacerdote e do levita estão todos aqueles profissionais de saúde que andam distraídos e ocupados com outras coisas, menos com o do doente, figura central da saúde.

O homem de hoje, apesar de ter tantas possibilidades de ser feliz, sente-se insatisfeito e abandonado. Só a responsabilidade pelo Outro me permite fazer a experiência da plenitude à semelhança do Bom Samaritano.

Segundo Lévinas, estamos num plano “assimétrico”, dado que a heteronomia que se antecipa à autonomia, me ordena e me faz existir como homem e como humano.

A sua pele envelhecida e a sua figura desvalida só mostram quão tarde chego e que responsabilidade é a minha!... Eis-me aqui é a resposta do Samaritano àquele necessitado.

Com esta atitude, aquele homem mostra que não vive para si mesmo, nem a partir de si, mas para o Outro e a partir dele. Ao aproximar-se do fragilizado, o Samaritano aproxima-se de Deus, porque Deus está nele. Deixá-lo lá, como fizeram os outros, é rejeitar o próprio Deus. E os pobres em espírito? São aqueles que deixaram de ver no seu “eu” o centro do mundo, quer este seja individual, quer seja coletivo, para vê-lo em Deus e no próximo. Eles desapossaram-se de tudo e, no limite, até se desapossaram de si mesmos. E a cada instante, recebem de Deus a sua existência como um “dom”.

Aqui vamos procurar o verdadeiro sentido da responsabilidade e do serviço de austeridade de um Samaritano, perante um ser “desvalido”, no caminho da vida.

No Samaritano reside o paradigma da axiologia exemplar perante um fragilizado, que sai das mãos dos “salteadores”.

1 – A MUNDIVIDÊNCIA TEOLÓGICA DO BOM SAMARITANO: PELA PRINCIPIOLOGIA PLESIOLOGICA

O homem de fé profunda será mesmo capaz de oferecer a sua vida biológica pelos valores que transcendem essa vida. Assim realizo-me ao serviço do Outro como dádiva dadivosa. No Samaritano, Deus Pai dá-Se pelo “Outro” (Desvalido no Caminho) e eu dou-me em liberdade. Esta experiência do dom, que nos realiza, e nos faz seres, converte-se em fonte de humanização. Por isso, esta não assenta no temor ou tremor: onde há amor não há temor, refere S. João, no seu Evangelho. Assim, segundo Von Hildebrand, a humanização vive da mundividência do coração, mais do que da racionalidade das normas éticas.

Este Samaritano é apontado por Jesus como exemplo de caridade e de amor para com o próximo. Ele faz tudo, gratuitamente, segundo um espírito interior e não apenas um comportamento exterior. É gratuito e atua com amor pelos desamparados.

Esta dimensão da vida não faz parte da filosofia dos princípios da Bioética, pelo que será inglório através deles procurarmos fundamentar uma verdadeira humanização. Enquanto a ética dos tradicionais princípios nos conduz a uma ética dos mínimos, a ética da virtude e da misericórdia, intrínseca na atitude do Bom Samaritano, será o melhor paradigma de uma “ética de máximos”.

Na primeira, pautam-se valores como solidariedade, fraternidade e a misericórdia. Por isso, a Igreja renova com alegria a sua posição preferencial, mas não exclusiva pelos pobres.

O comportamento exemplar deste Samaritano permite-nos apresentar um esquema ético para a humanização, em saúde, fundamentado pela misericórdia ou pela ternura, definidora de um “ethos” teológico para o exercício da Medicina.¹

Naturalmente, a relação “face a face” com o Outro ultrapassa a relação dialógica e é aí que eu me encontro e encontro a Deus. A ética emergente

¹ Cf. R. D. BORGES DE MENESES – “O Desvalido no Caminho: pela humanização em saúde”, in: *EBORENSIA*, XVIII, 36 (Évora,2005), pp. 87-101.

deste encontro torna-se a expressão viva desta humanização e será o caminho, que nos leva a Deus.

Deus deu a cada homem a luz natural necessária para que não haja dúvida sobre a verdade tão fundamental: o respeito devido ao ser humano.

Não obstante, a Revelação derrama ainda, uma luz mais intensa que permite ao homem razões novas e fortes para acreditar nessa verdade.

Aqueles que fazem do mundo e da humanidade uma leitura teológica, certamente verão, nesta perspectiva, os verdadeiros fundamentos de uma solução para os problemas do homem e da natureza.

Na perspectiva meramente biológica, começo por conhecer o Outro, como ser humano pensante e devo-lhe eticamente respeito, como cristão sou seu irmão, ajudo-o em atitude de amor e de benevolência em ordem a um destino transcendental.

Se analisarmos os conteúdos do comportamento bioético, nas suas justificações e critérios de discernimento, veremos que estão lá os fundamentos teológicos que dão consistência e inteligibilidade à bioética.

Seguindo os conteúdos da parábola do Bom Samaritano, os preceitos da mensagem cristã são idênticos no seu conteúdo normativo, aos de uma ética puramente racional. O homem “deverá” ir pela sua inteligência, construindo uma moral, que ontologicamente se funda em Deus, sem se fundir n’Ele.

Mais do que uma observação meramente teológica, essa moral deve contar com a visão da filosofia teológica.

Vejam como, nos princípios da bioética, estão os pressupostos de uma bioética teológica.

1.1 – Autonomia: esta define-se como auto-realização e liberdade ética, baseada na dignidade da pessoa humana. Ora, a perspectiva teológica pretende fazer trespassar estas motivações pela opção antropológica, derivada da doutrina da criação. O homem tem “autonomia teológica”.

O homem, ao ser criado à imagem e semelhança de Deus, dotado de inteligência, vontade e criatividade, está preparado para exercer um domínio sobre a terra, sobre as restantes criaturas e sobre “si mesmo”.

Naturalmente, ele terá de fazer um esforço combinado de reflexão teológica e antropológica.

A questão ética será saber se os limites desse domínio respeitam a liberdade que Deus deu a cada um de nós, para realizarmos o nosso programa de vida. Este programa de vida, segundo o Bom Samaritano, realizou-se numa “comoção das vísceras”.²

Aqui radica o sagrado princípio da não instrumentalização do ser humano: o homem é considerado um fim em si mesmo e não um objecto.

Estes conceitos são comuns a uma ética natural. Só que a perspectiva teológica dá-lhes uma nova dimensão e uma justificação bem mais profunda. A autonomia evangélica é diferente da autonomia kantiana.

Segundo o filósofo de Koenigsberg, a autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual ela é para si mesma a sua lei, independentemente da natureza dos objetos do querer.

O princípio da autonomia é, portanto, não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas, simultaneamente, no querer mesmo como lei universal. Que esta regra prática seja um imperativo, quer dizer que a vontade de todo o ser racional esteja necessariamente ligada a ela como condição, é coisa que não pode demonstrar-se pela simples análise dos conceitos nela contidos, pois se trata de uma proposição sintética; teria que passar-se além do conhecimento dos objetos e entrar numa crítica do sujeito, isto é, da razão prática pura, pois, esta proposição sintética que ordena apoditicamente, tem que poder reconhecer-se, inteiramente, *a priori*. Para simples análise dos conceitos da moralidade, pode-se porém, mostrar muito bem que o citado princípio da autonomia será o único princípio da moral. Pois desta maneira se descobre que esse princípio tem de ser um imperativo categórico e que este não manda nem mais nem menos do que precisamente esta doutrina.³

Naturalmente, o Samaritano não viveu na autonomia da vontade, mas sob uma “autonomia esplancofânico”.

A posição do Samaritano é puramente heteronômica pela sua responsabilidade poética, que é diferente da “responsabilidade prática”.

² Cf. R. D. BORGES DE MENESES – “O Bom Samaritano: entre a norma e a virtude”, in: *Atlântida*, 50 (Angra do Heroísmo, 2003) pp. 167- 212.

³ Cf. I. KANT – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, traduzido do alemão por Paulo Quintela, Edições 70, Lisboa, 1995, pp. 83-84.

Segundo Kant, quando a vontade busca a lei que deve determiná-la em qualquer outro ponto que não seja a aptidão das suas máximas para a sua própria legislação universal, quando portanto, passando além de si mesma, busca essa lei na natureza de qualquer dos seus objetos, o resultado é então heteronomia. Não é uma vontade que então se dá à lei a si mesma, mas é sim o objeto que dá à lei a Vontade pela sua relação com ela. Ao contrário, o imperativo moral e, portanto categórico, diz: devo agir desta ou daquela maneira, mesmo que não quisesse outra coisa.

O Samaritano não agiu segundo um imperativo categórico, motivado pela sua liberdade, mas pelo *imperativo poiético*, que o levou a “fazer” esplancofanicamente, devido à ação do Pai das Misericórdias, por meio do Desvalido no Caminho. O caminho não foi a liberdade, mas a “responsabilidade agápica” pelo bem do Desvalido no Caminho.

1.2 – Beneficência: refere-se como um princípio baseado na solidariedade ontológica dos seres humanos. Um dia Jesus disse: “o que fizerdes ao mais novo dos meus irmãos, a mim tereis feito” (Mt 25, 40).

É neste versículo, sobre o Juízo Final que encontraremos o fundamento escatológico da Parábola do Bom Samaritano. A beneficência esplancofânica do Samaritano está presente no Juízo Final. Seremos julgados pela misericórdia e não pela justiça,

Há uma relação direta entre este versículo de Mateus e a “esplancofania” da parábola.

Esta dimensão da vida traz à beneficência e à solidariedade humanas uma justificação transcendente.

De fato, parte da sua vida pública foi curar doentes e ressuscitar os mortos, ordenando o mesmo dos seus discípulos.

A beneficência está presente na narrativa exemplar, porque o Samaritano teve uma conduta beneficente diante do Desvalido.

Todos os atos poiéticos do Samaritano foram atos beneficentes, que definiram um “agir esplancofânico”, onde se realizou a deliberação e a “responsabilidade agápica”.

Foi um “fazer” benevolente e beneficente a bem de certo Homem, a caminho da Cruz.

A preocupação do Samaritano foi uma poética do bem, que teve um rosto no Desvalido do Caminho. O Samaritano pelo *Homo Viator* foi pelo caminho da beneficência.

Filósofos tão díspares como Bentham e Ross usaram o termo – *beneficência* – para identificar obrigações positivas perante outras pessoas, muitos críticos duvidam que estas sejam obrigações positivas. Sustentam que a beneficência é um ideal aretológico ou um “fazer agápico” e, portanto, as pessoas são moralmente deficientes, se não atuam com beneficência. Estas preocupações apontam corretamente para a necessidade de aclarar e definir a beneficência, procurando destacar os limites das nossas obrigações e os pontos nos quais a beneficência será opcional em vez de obrigatória.

O exemplo mais famoso de beneficência revela-se na parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 25-37), que ilustra variados aspectos para interpretar a beneficência.⁴

Nesta parábola, um homem viajava de Jerusalém para Jericó, sendo assaltado por bandidos, que o deixaram “meio-morto”. Depois de passarem junto a um ferido, um Sacerdote e um Levita, passaram para o outro lado da estrada, um Samaritano viu-o , teve misericórdia ,acercou-se a ele , curou-lhe as feridas , levou-o a uma pousada e cuidou d’Ele. Ao ter misericórdia, o Bom Samaritano mostrou uma conduta agápica e solidária para com o homem ferido e, também, se encarregou de cuidar d’Ele. Tudo isto foi mostrado pela “beneficência esplancofônica” de Deus-Pai.

Tantos motivos como as ações do Samaritano foram beneficentes pela comoção das vísceras.

Entretanto, a parábola sugere que a beneficência positiva será mais ideal, do que a obrigação, dado que a atitude do Bom Samaritano poderá exceder a moral corrente.

Certo é que a “misericórdia” como dom está para além da justiça, sendo o seu fundamento teológico.

A moral comum não prega e não exige a misericórdia, tal como foi deliberativamente vivida pela “esplancofania” do Samaritano.

⁴ Cf. R. D. BORGES DE MENESES – “O Bom Samaritano: entre a norma e a virtude”, pp. 178-188,

Imaginemos que o homem ferido quando se encontrou com o Samaritano, tivesse antecipado uma ação altruísta manifestando que queria morrer e se, se encontrasse ferido num perigoso caminho de Jerusalém a Jericó.(Lc 10, 30).

Então o Samaritano enfrentou-se com um dilema: respeitar os desejos do homem ferido e encarregar-se deles. Logo, a nossa beneficência é muitas vezes um ideal admirável para a ação, que excede as obrigações e, outras vezes, é adequadamente limitada por outras obrigações morais. Estaremos nós obrigados a atuar beneficentemente?

Os atos de beneficência desempenham um papel significativo na vida moral independentemente de um princípio de “beneficência obrigatória”.

Praticamente todo o mundo está de acordo em que a moral comum não inclui um princípio de beneficência, que poderá requerer um grande sacrifício ou um altruísmo extremo. Só os “ideais agápicos” de beneficência incorporam tal generosidade extrema.

Tão pouco estamos moralmente obrigados a ajudar as pessoas, em todos os casos, mesmo que os encontremos numa posição que o permita.

Não estamos moralmente obrigados a realizar todos os possíveis atos de generosidade ou de caridade, que poderão beneficiar outros. Poderemos assim, conceder que o comportamento beneficente tem muito mais de ideal do que de obrigatório, e que a linha entre a obrigação e o ideal moral, será difícil de definir no caso da “beneficência”.

Entretanto, várias regras de beneficência obrigatória constituem uma parte importante da moral. Mas, a “deliberação esplancofânica” do Samaritano está para além disso.

A beneficência esplancofânica vem “de fora”, não vem do interior do homem, mas do fazer do Pai das Misericórdias, que determina uma nova beneficência poiética, que é de desinteresse e se define como a beneficência agápica. Foi esta que determinou o fazer do Samaritano.

1.3 – Justiça: Este princípio pode ser lido como igualdade de oportunidades, equidade e não discriminação. Em Cristo não existe acepção de pessoas. Ele ao morrer por todos, quis dizer que todos somos iguais. Deus

criou o mundo e jamais o abandonou. A condição de Filhos de Deus fundamenta a determinação de igualdade entre todos e responsabiliza o homem pela defesa desta dignidade e por uma vivência fraterna. Criados por amor e com amor, fomos feitos para o amor. Esta base teológica tem um alcance muito mais profundo do que a atual irmandade na mesma espécie, para justificar a radical igualdade de todos os seres humanos.

Pois, não haverá paz nem justiça no mundo enquanto os homens não tornarem a sentir a dignidade de filhos de Deus. O homem separado de Deus torna-se desumano consigo mesmo e com os seus semelhantes.

Os desenganos mais amargos da história provam o que a Sagrada Escritura nos revela: se não for o Senhor a edificar a casa, em vão trabalham os que a constroem.

Há de fato, uma grande diferença entre prestar cuidados de saúde por dever ou por amor entre aqueles que procuram proceder dentro das normas e regulamentos, que impõem que sejamos mais humanos e aqueles que o fazem por amor, estando em permanente contato, a todos os níveis, com os nossos irmãos que sofrem.

A dimensão cristã dá uma significativa mais-valia à solidariedade humana. Há quatro eixos de ação voluntária. O amor é sem dúvida, a mais-valia da perspectiva teológica; ele é fonte de vida e oblação pura. Que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei. O cristão não deve simplesmente reconhecer qualquer outro homem, como seu igual, deve amá-lo tal como Cristo amou todos os homens até ao perdão.

A justiça (comutativa e distributiva) apresenta-se no Samaritano como uma forma de estabelecer a equidade dos cuidados de saúde, que este prestou ao Desvalido no Caminho. Apesar de Cristo não conhecer o pensamento do livro quinto da *Ética a Nicomáco* sobre a justiça, ela aparece como forma de estar na vida de igualdade entre a distribuição de bens.

Segundo Aristóteles, os iguais devem ser tratados igualmente e os desiguais devem ser tratados desigualmente. Este princípio da justiça formal surge como princípio da igualdade formal, porque não estabelece âmbitos concretos nos que os iguais devam ser tratados igualmente, não proporciona âmbitos concretos nos quais os iguais devem ser tratados igualmente e não

proporciona critérios para determinar se dois ou mais indivíduos são iguais. As pessoas iguais em tais âmbitos, deveriam ser tratados igualmente.⁵

Presumivelmente, todos os cidadãos deveriam ter direitos políticos iguais, acesso igual aos serviços públicos e serem tratados igualmente segundo a lei.

O Bom Samaritano ultrapassou a justiça formal, dado que a sua conduta esteve para além da equidade de bens, sendo o seu agir, segundo a comoção das vísceras, que será muito mais do que a justiça. Para Ulpiano, a *iustitia suicumque tribuere rite tribuere*.

O Bom Samaritano não fez o *suicumque*, mas antes o dom do Pai das Misericórdias pela “revolução das vísceras”.

Naturalmente, o Bom Samaritano sentiu a sua “vocação poética” e viveu a justiça retificadora que se refere à justa compensação por problemas transacionais, tal como o pagamento do Samaritano ao estalajadeiro. Esta é a face humana da misericórdia, dado que esta se encontra dependente da lei civil.

A justiça distributiva refere-se à distribuição igual, “equitativa” e apropriada, segundo as normas sociais, determinada por orientações justificadas, que estruturam os termos da cooperação social.

O seu domínio inclui as políticas, que assinalam diversos benefícios e cargos, tais como a propriedade, os recursos, os impostos e os privilégios inerentes ao Templo de Jerusalém, simbolizados no agir do Sacerdote e do Levita.

A vivência poética do Sacerdote e do Levita é puramente uma “poética distributiva”.

A justiça distributiva usa-se algumas vezes *in lato sensu* para se referir à distribuição de todos os direitos civis e políticos, tais como os que viveram o Sacerdote e o Levita, por causa das exigências das normas do Templo de Jerusalém.

⁵ Cf. ARISTÓTELES – *Ética a Nicomáco*, V, tradução de J. Palli Bonet, Editorial Gredos, Madrid, 2000, pp. 242 – 250.

A chamada justiça evangélica tem mais a ver com a misericórdia do que a conduta igualitária na distribuição da riqueza e de bens, de tal forma que o Samaritano sentiu o dom e a dádiva do Pai das Misericórdias, quando as vísceras se moveram de baixo para cima, segundo o termo hebraico *rahamim*.

A justiça, em sentido moral, aparece descrita na parábola em personagens como o Sacerdote, o Levita e o *nomikós*, se preocupam unicamente com o conteúdo da Torah, que exige o cumprimento da justiça e suas implicações. O Samaritano não deu o *suicumque*, antes deu-se, como dom esplancofânico, a um Desvalido no Caminho, dando prioridade a Este.

1.4 – Não-maleficência: Ao Samaritano nem se colocou o problema da *primum non nocere*, visto que este nem se poderia preocupar com o dano ao Desvalido. Segundo a parábola do Bom Samaritano, o lado do dano causado ao Desvalido está do lado dos salteadores.

Foram estes que viveram a fruição do Desvalido, de tal forma que o espoliaram de seus bens e deixaram-no como “semi-morto”.⁶

O princípio da não-maleficência obriga a não infligir dano e a não submeter os demais a tais riscos. Poderemos causar dano ou submeter a outra pessoa a um risco sem malícia, nem intencionalidade e o agente causante pode não ser moral ou legalmente responsável do dano. Esta posição encontra-se expressa na forma como o Sacerdote e o Levita procederam, ao passarem para o outro lado da estrada. Não fizeram nem bem, nem mal. Simplesmente não se comprometeram com o Desvalido no Caminho, por causa da liturgia da purificação, segundo as normas do Templo de Jerusalém. O princípio da não-maleficência está presente na conduta do *nomikós*, do Sacerdote e do Levita, não segundo o *primum non nocere* do Juramento de Hipócrates.

Ligado a este princípio encontra-se a negligência que foi uma atitude típica do Sacerdote e do Levita. A negligência será não cumprir com o critério do cuidado devido, inclui tanto submeter os demais a riscos irracionais, quanto a expor a riscos sem qualquer intenção, mas por falta de cuidado. No Sacerdote e no Levita, da parábola do *Homo Viator*, houve uma – ne-

⁶ Cf. R. D. BORGES DE MENESES – “Na parábola do Bom Samaritano: a fruição”, in: *Maieutya*, 36 (Madrid, 2006), pp. 393 – 401.

gligência esplancofânica –, dado que não houve a revolução das vísceras, mas o sentimento da lei cumprida, como estipulava a Torah.

O termo negligência serve para vários tipos de incumprimento das obrigações, incluindo a de não proteger os demais dos riscos que poderão produzir algum dano.

Segundo a principiologia, o princípio da não-maleficência dá origem a uma série de regras morais específicas que poderemos resumir da seguinte forma: não matarás; não causarás dor ou farás sofrer os outros; não incapacitarás os outros; não ofenderás e não privarás os demais dos bens da vida.

Tanto o princípio como as especificações, nestas regras morais, são *prima facie*, não sendo absolutas.

Para explicitar o princípio da não-maleficência usa-se somente o significado da palavra – dano – que significa obstaculizar, dificultar ou impedir que se cumpram os interesses de uma das partes por causas que incluem as condições autolesivas e os atos (intencionais ou não) da outra parte.

Assim, interferir com os interesses dos outros causando dano, pode não ser incorreto ou injustificável e será sempre *prima facie* incorreto.⁷

O Sacerdote e o Levita impediram o cumprimento da lei do amor ao próximo, que vem claramente expressa em Os. 6, 6.

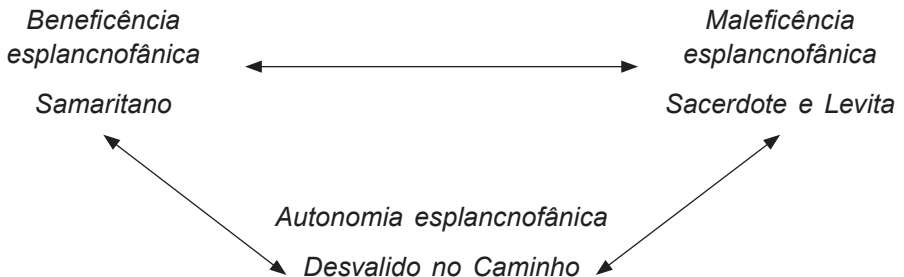
Segundo a não-maleficência, a parábola denomina-se de narrativa do Bom Samaritano. O adjetivo *Bom* não está no texto. Como a palavra Samaritano evoca um “marginal”, membro de uma comunidade desprezada, o título tradicional expressa um verdadeiro paradoxo: o mal não é o que se pensa. O uso do adjetivo *Bom* tem sempre os seus inconvenientes, dado que está vinculado a pessoa, enquanto que é a ação do Samaritano o que conta, uma vez que poderíamos correr o risco de reduzir a parábola do *Homo Viator* a uma lição de moral.

A parábola do Bom Samaritano é muito mais do que um texto paranético, referindo-se como uma reflexão soteriológica. Semelhante estrutura cristológica manifesta-se em Deus, como passiva e ativa. A parábola apresenta o

⁷ Cf. T. L. BEAUCHAMP; J. F. CHILDRESS – *Princípios da Ética Biomédica*, traduzido por Teresa Gracia Garcia-Miguel *et alii*, Masson, Barcelona, 1999, p. 183.

lado *beneficente* e o lado *maleficente*, de acordo com os personagens que integra no seu texto.

Esquemáticamente, poderemos referi-la pela dialética esplancofânica de um Samaritano, bom, em ordem a um Desvalido:



A parábola serve de resposta a uma questão concreta: quem é o meu próximo? Logo, não pode perder o seu caráter exegético e moral, seus vínculos com o mandamento do “amor ao próximo”. Naturalmente, por meio deste mandamento não se deixa de relacionar com o amor a Deus e com o amor de Deus por nós.

Tal como a parábola do “Filho Pródigo” ilustra o amor do Pai que perdoo e a parábola do Samaritano convida os crentes à prática da caridade.

O comentário neotestamentário ao mandamento veterotestamentário compromete-nos já, a não ter próximos, mas a fazer-nos próximos dos demais, particularmente dos Desvalidos. Ao fazer-nos próximos do Outro (desvalidos) cumprimos a lei, isto é, a “Vontade de Deus” e fazemos nossa a intenção e a atitude de Cristo.

Segundo a não-maleficência, tais são os dinamismos do movimento para o Outro e o realismo de um gesto, ao nosso alcance, que invalida o fantasma da onipotência caritativa.⁸

⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 179-181.

Não terão eles necessidade de ajuda, senão terão que mudar de atitude e contam com o estímulo de Jesus. Assim, serão convertidos de próximos desvalidos em próximos socorridos, prometendo ir pelo caminho da não-maleficência – *primum non nocere* – para fazer o mesmo, para assim ser próximos dos próximos com que se encontram. Naturalmente, a autonomia esplancofânica revela-se no fim supremo do Verbum caro factum est pela crucifixão e ressurreição de Cristo, expressão da “heteronomia” de todos os desvalidos da Terra.

2 – O BOM SAMARITANO: PARA UMA “PLESIOLOGIA ESPLANCOFÂNICA”

Seguramente, o Sacerdote e o Levita teriam terminado o seu serviço e regressavam à casa. Em vez de conjugar o amor ao próximo com o serviço a Deus, esqueceu-se da misericórdia, como verdadeiro complemento da piedade. Não se encontram com o “semi-morto”, ausentaram-se, são inexistentes, estão mortos para o presente, retidos no seu passado, atados pelas regras rituais e por alguns impulsos egoístas. Passaram sem se deterem.

O Samaritano – conhecida que era a antipatia dos judeus contra eles – passa também junto ao Desvalido. No Caminho, vê o ferido, mas diferentemente dos seus predecessores deixa-se tocar. Enche-se de compaixão. Estabelece-se uma relação esplancofânica entre o ferido e o Samaritano.⁹

O corpo vulnerável do Desvalido desperta o coração atento do Outro (Samaritano). Comovem-se-lhe as entranhas, debaixo para cima, como aquelas feridas visíveis da desgraça, provocadas pelos salteadores.

O Samaritano enche-se de solicitude agápica e poiética em favor de certo homem. O verbo grego *splagchnizomai*, “comover-se as entranhas” ou encher-se de compaixão, é usado noutros lugares, segundo Lucas, para invocar a condescendência de Deus e de Cristo, como desvalido, designando uma conduta evangélica, que o Doutor da Lei será chamado a imitar (v. 36). O Samaritano compreende a situação, acerca-se do ferido, sofre com ele e procura aliviar as suas dores.

⁹ Cf. F. BOVON – *El Evangelio según San Lucas – II*, traducción de Alfonso Ortiz García, Ediciones Sígueme, Salamanca, 2002, pp. 128-130.

Alguns autores modernos insistem no fato de que o *Homo Viator* teve que aceitar ajuda, reconhecer a sua debilidade e dependência. Mas será preferível sobressair a atividade precisa e judiciosa do Samaritano, que fez tudo o que era necessário sem exagero.

Os primeiros cuidados do Samaritano são três: curar, transportar e albergar. Lucas resume-os num verbo abstrato, mas simultaneamente concreto: cuidar de *evpimeloumai*.¹⁰

Cumprida a sua missão, passa a outros o que falta, mais concretamente o estalajadeiro. A sua missão de auxílio que se interrompe e prossegue no dia seguinte (v. 35) de outra forma, por um quarto gesto, na entrega de dois denários ao estalajadeiro.

Se o Sacerdote e o Levita não se preocuparam em deter nem um instante, o Samaritano anuncia que voltaria a passar no caminho de volta. A viagem está condicionada pelos próprios negócios. Este gesto, ao ser virtual, é uma maneira de limitar a dependência do ferido relativamente a ele.

A inversão no uso da palavra próximo não se lhe pode escapar ao leitor. No diálogo inicial, o doutor da lei procurava a um próximo a que poderia amar.

A pergunta de Jesus, ao resumir a parábola já não se fala de próximo, que corre o risco de converter-se em objeto, mas de uma pessoa que se encontra (*gegone, nai*) próximo do ferido, sujeito ativo de uma relação.

Mas, eu não exagerava esta diferença, dado que o próximo é literalmente, tanto em grego como nas línguas latinas, um ser que está vizinho: trata-se de um termo racional; se estabelece o contato, os dois fazem-se necessariamente próximos um do outro, o próximo do outro.

Tudo depende das condições que permitem esta proximidade e da natureza do vínculo que se estabelece.

A resposta do Doutor da Lei (*nomikós*) articula o interior e o exterior, isto é, o sentimento de misericórdia.

¹⁰ Cf. J. W. URSULA-GERHARDT – *Wer ist mein Nächster?*, Schoenberger Hefte 9, Frankfurt-am-Main, 1979, pp. 1-9.

A evolução do Doutor da Lei segue para diante: primeiro polêmico (v.25), logo reservado (v. 29) e estabelece finalmente uma relação com Jesus (v. 37a).

A resposta verbal está no momento de ser poética (c. 37b). O legista e Jesus puseram-se finalmente de acordo. A pedagogia do Mestre evoluiu para o discípulo. Compreendeu a nova definição de próximo a que Jesus queria levá-lo. Todavia, para os rabinos, que resposta dar ao sentido do próximo ? Com o seu afeto e descrição, Jesus soube fazer-se o próximo do Doutor da Lei.

Muitos, sensíveis ao alcance ético da questão do próximo, valorizaram o aspecto eclesial do debate.

Pelo estudo da lei, Jesus volta a assentar em termos da aliança, a composição do povo de Deus.¹¹

Muitos advertem a novidade da mensagem de Jesus, o cumprimento aonde nos leva a lei e o acesso, que oferece para a vida eterna, perante a pergunta do *nomikós*: o que fazer para alcançar a vida eterna? que resumidamente se refere ao impacto escatológico do texto. A perspectiva cristã da imitação (v. 37), como adesão a uma pessoa, como participação num destino comum e como obediência concreta, pelo juízo onde se situa o debate no terreno ético, coloca-se num marco doutrinal e soteriológico em virtude da misericórdia exemplar de Deus e da condescendência estimulante de Cristo.

Ao acolher a segunda pergunta do Doutor da Lei (v. 29), Jesus de Lucas admite que a Sagrada Escritura, por muito normativa que seja, necessita de uma explicação.

A posição doutrinal de Jesus e logo a do cristianismo, corresponde portanto a uma interpretação nova das Sagradas Escrituras, o mesmo que as diferenças entre as seitas judias e finalmente, entre as comunidades cristãs explicam-se pela variedade destas respostas exegéticas.¹²

¹¹ Cf. H. ZIMMERMANN – “Das Gleichnis vom barmherzigen Samariter Lk 10, 25-37”, in: G. BORNKAMM; K. RAHNER (eds.) – *Die Zeit Jesu*, Miscelânea H. Schlier, Freiburg, 1970, pp. 58-60.

¹² Cf. W. WIEFEL – *Des Evangelium nach Lukas*, Th. H. K., 3, Berlin, 1988, pp. 16-36.

Pela sua hermenêutica, a nossa perícopa é um testemunho das tensões exegéticas que marcaram a vida das primeiras igrejas cristãs e antes para além de Jesus.

Segundo Bovon, o evangelista aproveita melhor a ocasião de um episódio narrado em honra do seu Mestre, para dar uma lição geral de ética e bem como de cristologia, onde está presente como teólogo, na soteriologia plesiológica e sufrológica. Toda a sofrologia soterológica da parábola surge como um discurso plesiológico, orientado para a escatologia.

De forma retórica, por meio de uma dupla pergunta, Jesus remete-o para a Escritura. A primeira pergunta anuncia a citação sobre a lei do amor; a segunda, a parábola.

O *ti*, interrogativo, “que?”, refere-se ao “como?” pela sua interpretação. Esta articulação da exigência da Lei com a vida eterna é muito distinta da pergunta sobre o mandamento novo e maior (Marcos e Mateus). Com efeito, o debate refere-se aqui à *soteriologia*. Para Jesus, bom judeu, a resposta não pode ser mais do que a da Escritura (v. 26).

Sê-lo-á (v. 27) numa seleção apreciada pelos cristãos, mas também muito judia. Não se trata nem da graça nem do perdão.

Lucas não prescinde deles, como tão pouco da cristologia, mas no que se refere ao compromisso poiético, isto tem que se manifestar num duplo amor expresso nos dois versículos da lei de Moisés, Dt 6, 5 (amor a Deus) e Lev 19, 18 (amor ao próximo). À procura de um centro da Lei, coloca em evidência esse centro e corresponde a uma tendência, que pode observar-se no judaísmo de então, especialmente no *Testamento dos Doze Patriarcas*. Esta formulação conjuga duas vantagens: a de manter o equilíbrio entre a fé e a ética; e a de preferir o nível moral ao nível ritual da obediência. A adesão obrigatória a um só amor (Lc 16, 13) não impede o serviço ao próximo.¹³

Se o texto da citação do amor ao próximo se apresenta com clareza ao seu próximo, a pergunta do doutor da Lei é ambígua. Poderá significar: Quem é o meu próximo? ,Quem está junto de mim?.

¹³ Cf. J. JEREMIAS – *Las parábolas de Jesús*, traducción castellana, Estella, Madrid, 1970, pp. 16-49.

A semelhança da citação com outros textos, o lugar de mon e o movimento do diálogo movem a conservar para a primeira solução e para manter a tradução habitual: E quem é o meu próximo?

Jesus acolhe a pergunta na medida em que a compreende bem. Aqui aparecem as duas matizes do verbo acolher e compreender, que se encontram nos diálogos tanto judeus, quanto gregos.

Em resposta, narra Jesus a famosa parábola que, classicamente, ficou com o nome de parábola do Bom Samaritano. Segundo a classificação tradicional, esta faz parte dos relatos exemplares, já que conclui com um convite a imitação e está determinada por uma visão objetiva e não imaginada da realidade. Estes relatos pertencem ao fundo próprio de Lucas e servem num contexto determinado, de modelos didáticos apresentados como “paradigmas retóricos”. Também pode acontecer que a parábola tenha sido contada primeiro e que a sua vinculação com o debate entre Jesus e o doutor da Lei, (10, 25-28) seja artificial e secundário.

Há seguramente uma tensão entre os v. 27 e 29, por um lado, segundo os quais o próximo é aquele que teremos de amar, e o v. 36; por outro, o fazer-se próximo do Outro (desvalido no caminho) é um objeto ético e axiológico. A parábola vacila e o leitor pergunta-se se é o “semi-morto” ou o Samaritano o próximo do Outro (desvalido).

Mais tarde, segundo a exegese, vinculou-se a disputa com o doutor da Lei, incrementando-se assim, a sua função exegética e paradigmática. Esta vinculação levou-se a cabo numa fase da tradição pré-lucana.

Sobre este fundo dramático, desfilam duas personagens que possuem a mesma causalidade e que conduzem as referências. Os dois pertencem ao mundo oficial e ao respeito pelo culto. Em contraste com essas pessoas, com a sua identidade e atitude, aparece um Samaritano, uma pessoa sem nome e desprezada pela sua origem. Ele não passa adiante, detém-se e atua: uma série de verbos precisos vai descrevendo os gestos pausados e eficazes (v. 34-35). A sua atividade é a forma que se escolheu para expressar a sua compaixão ou comoveu-se nas entranhas (v. 33).

A surpresa provém da não-conformidade entre a identidade das pessoas e a sua atitude. O bem é predicado por aquele a quem se associava com o mal.¹⁴

H. Kuhn, na leitura que faz da parábola, ultrapassa o sentido literal, mas individualiza a radicalidade da mensagem, ao referir o amor político do amigo que se baseia na igualdade entre parceiros, tal como vem expresso na *Ética a Nicómaco* de Aristóteles. Com efeito, o Samaritano que não pertence ao povo de Israel, dá de caras com o Outro (Desvalido no Caminho), como indivíduo anônimo, ele que presta ajuda está perante a vítima inerme do ataque dos salteadores. Naturalmente, a ágape permeia qualquer grau de ordenamento político onde predomina o princípio do *ut dês*, superando-o e caracterizando-o de forma sobrenatural. Algo resulta claro pela “comoção esplancofônica”, onde interiormente Samaritano se torna irmão de todos aqueles que encontra no caminho da vida e necessitam de ajuda.

Por esta razão, a estrada de Jerusalém a Jericó aparece como o lugar da história dos homens, onde o *Homo Viator*, na sua margem, é a imagem da humanidade fragilizada. O sacerdote e o Levita passaram para o outro lado, daquilo que é próprio da história pelas suas culturas e religiões não vem qualquer soteriologia. A parábola coloca-nos em novo mundo soteriológico, dado que Deus é, para nós, o estrangeiro e o distante que se põs a caminho para vir cuidar da nossa cultura ferida, no dizer do Papa Bento XVI.

CONCLUSÃO

Existe uma grande diferença entre prestar cuidados de saúde por dever, por amor entre aqueles que procuram proceder dentro das normas e que impõem que sejamos mais humanos e aquelas que o fazem por amor, estando em permanente contato a todos os níveis, com os nossos irmãos que sofrem. Deve-nos mover a consciência de que a necessidade do homem é a de ser reconhecido como pessoa digna de si mesma, digna de receber atenção, carinho e amor, para além das diferenças de cultura, de instrução, de classe social, de religião ou de raça, e não o intuito de receber um

¹⁴ Cf. R. H. STEIN – “The interpretation of the Parable of the Good Samaritan”, in: W. WARD GASGUE; W. SANFORD LASOR (eds.) – *Scripture, Tradition and Interpretation*, Grand Rapids MI, 1978, pp.278-295.

aplauso pela nossa bondade¹⁵ como aquela que foi revelada pela conduta exemplar e provocante de um Bom Samaritano.

Das possíveis categorias de humanismo existentes, permitimo-nos referir apenas duas, que são paradigmáticas: o humanismo emergente da pura racionalidade e o que brota da afetividade.

Aplicada à humanização dos cuidados sanitários, nenhuma antropologia iguala a cristã sobre a pessoa humana, mesmo singularmente entendida, sobre a sua originalidade, a sua dignidade, a intangibilidade e a riqueza dos seus direitos fundamentais, a sua sacralidade, a sua educabilidade, a sua aspiração a um desenvolvimento completo, a sua imortalidade etc.

Maritain alerta que o homem contemporâneo tem de voltar à sua interioridade e identidade. O homem tem uma tendência para voltar a amar, mas a liberdade desvia-o.

O Deus do Samaritano é meta-físico porque é aquela porta que abre a relação ao todo, ao universal. Mas, o homem vive fechado!... Ele tem de se abrir, entrar e esperar que a Palavra entre nele e o transforme. Só abrindo-se ao Transcendente, ele poderá encontrar o seu verdadeiro *Eu*. A natureza do humanismo está dependente da aproximação a Deus e chega à plenitude do seu ser.

Segundo Lévinas, a interioridade e a afetividade não se encontram em nós mesmos, mas no encontro com “certo-homem”. Acolher não é receber, mas dar, foi este dar-se ao Desvalido, “fez” o Samaritano. Foi uma *poiética agápica*, por isso acolher o Rosto do Outro é ético. Eis-me, aqui para te servir... Assim, o Desvalido no Caminho foi servido pelo Samaritano.

Todos somos responsáveis por todos, mas eu mais do que os outros. A grande meta do Samaritano é um humanismo escatológico, que está em Mt 25, quando ao mais pequeno dos irmãos o fizerdes, foi a mim que o fizeste pelo julgamento da misericórdia. Ele ofereceu-se pelo Outro e assim deu a vida! E. Stein diz que nós, só nos comprometemos se tivermos amor pelo Outro. O homem voltado para si próprio não encontra motivo para a sua existência.

¹⁵ Cf. J. GAFO – “A Humanização da Assistência à Saúde”, in: *10 Palabras-clave en Bioética*, Madrid, Palabra Ediciones, 2000, p. 24.

O Samaritano revelou-se numa ternura esplanchnofânica ao debruçar-se sobre – certo homem, prestando-lhe cuidados.

Se tivermos presente a pessoa no seu todo, então verificaremos que humanizar é muito mais do que a satisfação das necessidades biológicas da pessoa doente.

A necessidade de relacionamento, de pertença, de escuta e de estima são essenciais para a realização da pessoa e fundamentais para a criação da auto-estima.

Será indo à cabeceira do doente e estar com ele, cuidar carinhosamente dele, mostrar-lhe que estamos ali com amor para servir e ajudar, onde o doente está na dor e no sofrimento.

Para a maioria dos profissionais de saúde, a aproximação entre a ética e a medicina não constitui qualquer problema, pelo contrário é até altamente desejável.

É que humanizar, passa também por sensibilizar o paciente para a aceitação da sua real condição, mas destruir nele a vontade de sofrer, é negar a própria saúde.

É bem verdade aquilo que L. Entralgo afirma: na sua essência um ato médico é um ato ético. Mas, poderemos ir mais longe ao dizer que um ato médico é um ato *esplanchnofânico*, tal como é proclamado pela parábola do *Homo Viator*.

A responsabilidade significa comprometer-se perante alguém, ou melhor ainda, estar obrigado perante quem se é responsável a ter de prestar contas. O Samaritano prestou contas – *accountability* – perante o Desvalido no Caminho.

Esse alguém, que necessita de ajuda, será o doente, o fragilizado, o necessitado, que dirigindo-se ao profissional de saúde lhe suplica para lhe valer. O Outro, chamando-me à responsabilidade implanta-a e justifica-a. O ser que se exprime no Rosto impõe-se, mas apelando para mim pela sua misericórdia – da sua fome – sem que eu possa ser surdo ao seu apelo.

Segundo a humanização, pelo Bom Samaritano, o doente é o sentido da minha existência e é um chamamento à minha responsabilidade. A plena realização do profissional de saúde passa pela resposta amorosa, que ele dá ao apelo do doente.

Contudo, a ética do verdadeiro cuidar não se poderá circunscrever à imagem e semelhança do principialismo bioético, mas deverá partir de um *ethos* aretológico, personificado no agir misericordioso do Bom Samaritano.

A ética da responsabilidade pede a cada um que cumpra o seu dever: o do doente é o de apropriar-se da sua doença, no respeito por tudo o que o envolve, a fim de ser o protagonista da cura. O dever do médico, ou de outro profissional não é tanto o de curar, mas o de cuidar sem pretensões de grandiosidade e sem vaidade do filantropo. Deve fazê-lo na humilde grandeza de uma arte técnica que tem o homem como sujeito.

Os conhecidos princípios da Bioética são, sem dúvida, um importante marco na defesa e implementação da humanização dos cuidados, ao constituírem uma base ética mínima, tão necessária para o estabelecimento e harmonização dos procedimentos.

São bem evidentes as suas lacunas, insuficiências e fragilidades, no desejo de uma verdadeira humanização, no mundo de hoje.

O exercício absoluto da autonomia dificilmente defende e protege os reais interesses do doente. Igualmente, o consentimento informado não justifica toda e qualquer intervenção com pleno alívio da consciência.

A justiça, na sua pureza, ao derivar do amor e encaminhar para o amor, deveria ser a consagração ao amor na comunidade. Se ela não brotar do meu interior, do mais profundo ser que se identifica e realiza no Outro, não temos uma justiça e uma bioética verdadeira.

O âmbito dos tradicionais princípios da Bioética é manifestamente insuficiente para abarcar e resolver com eficácia, as vulnerabilidades da condição humana.

Precisamos de uma reflexão que traga ao coração e à razão humanas os verdadeiros critérios e fundamentos sobre os quais é possível construir com solidez os alicerces de uma autêntica humanização. Será tempo de reconhecermos os clamorosos erros do passado e termos a coragem de defender que a fonte da verdade do homem está na convivência, harmoniosa e indissolúvel, entre a filosofia e a teologia.

Depois das éticas clássicas da virtude e das éticas modernas do dever, é imperioso assumirmos uma nova ética que faça da responsabilidade e da alteridade o seu referencial paradigmático, pois, também só assim teremos

garantias deste novo discurso ético não ser dogmático ,nem persuasivo, mas heurístico e criativo.

A nossa vocação de serviço ao doente é uma “vocação esplancofânica”, à imagem e semelhança do Bom Samaritano, porque vem de fora, vem do Pai das Misericórdias, que nos convoca para sermos colaboradores d’Ele no processo de humanização.

A humanização não existe por “decreto”, mas pela necessidade e fundamento no coração, ela é constitutiva e constituinte de cada um. Sem coração, o médico, a medicina, a assistência e a organização não ajudam verdadeiramente o doente, pois a falta de ternura conduz à indiferença, ao cepticismo e à desordem. O medicamento que o médico mais deve prescrever será o próprio médico, isto é, o gesto, a presença, o acompanhamento e o “estar com”.

Este amar até ao fim e este desapossamento de nós próprios é esgotante, mas exaltante e será uma fonte de equilíbrio e o segredo da felicidade.

Assim, encontramos o verdadeiro sentido esplancofânico na parábola do Bom Samaritano.

BIBLIOGRAFIA

- R. D. BORGES DE MENESES – “O Desvalido no Caminho: pela humanização em saúde”, in: *EBORENSIA*, XVIII, 36 (Évora,2005), pp. 87-101.
- D. BORGES DE MENESES – “O Bom Samaritano: entre a norma e a virtude”, in: *Atlântida*, 50 (Angra do Heroísmo, 2003) pp. 167- 212.
- I. KANT – *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, traduzido do alemão por Paulo Quintela, Edições 70, Lisboa, 1995, pp. 83-84. .
- W. URSULA-GERHARDT – *Wer ist mein Nächster?*, Schoenberger Hefte 9, Frankfurt-am-Main , 1979, pp. 1-9.

Dr. Ramiro Délio Borges de Meneses

*Investigador do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa-
PORTO - PORTUGAL*